



*Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul*  
*Tribunal de Justiça*  
*Comissão Gestora do PLS*

# PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL DO PODER JUDICIÁRIO DE MATO GROSSO DO SUL



*Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul*  
*Tribunal de Justiça*  
*Comissão Gestora do PLS*

## Índice

1	INTRODUÇÃO .....	3
2	OBJETIVOS .....	4
3	IMPLEMENTAÇÃO E AVALIAÇÃO .....	4
4	PRÁTICA DE SUSTENTABILIDADE .....	5
5	REFERÊNCIAS.....	25
6	COMISSÃO GESTORA.....	26



*Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul*  
*Tribunal de Justiça*  
*Comissão Gestora do PLS*

## 1 INTRODUÇÃO

Atualmente, temas como meio ambiente e sustentabilidade constam definitivamente como preocupação – e ocupação – de toda a sociedade, no Brasil e no mundo. Em todos os lugares (nas casas, nas escolas, nas ruas, nos locais de trabalho), um número crescente de pessoas procura conhecer mais sobre isso e se esforça por implementar novos comportamentos que respeitem e contribuam para a preservação da natureza e a melhoria da qualidade de vida, própria e de outrem.

Contribui para essa popularização e para a ênfase agora dada ao tema sustentabilidade a divulgação massiva de dados e informações. Saber que uma tonelada de papel requer o corte de quarenta árvores ou que a reciclagem dessa mesma tonelada representa uma redução de 3,2m<sup>2</sup> de espaço nos aterros sanitários – ponto de preocupação crescente das comunidades e dos governos locais – provoca uma reação da sociedade no sentido de pressionar os poderes públicos (e até as empresas privadas) para que adotem com prioridade ações sustentáveis.

As organizações, sobretudo públicas, têm um papel fundamental e uma contribuição significativa a dar, por serem criadoras e operadoras de processos de produção e consumo que demandam muitos recursos e, em geral, causam grande impacto no meio ambiente. A própria Constituição Federal, em seu Art.37, preconiza a eficiência como um dos princípios da Administração Pública. Ao governo cabe, para além, o papel estratégico de induzir a sociedade a adotar novos referenciais de produção e consumo de bens materiais, a partir de modificações de seus próprios processos e procedimentos internos e tendo em vista a construção do desenvolvimento sustentável do país. É, então, sua tarefa inclusive dar o primeiro passo para a redução ou o uso racional dos recursos naturais, fomentando programas e projetos que evitem ou eliminem o desperdício e promovam a economia e o reaproveitamento de materiais.

Neste contexto, o Plenário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou, durante a 203ª Sessão Ordinária, resolução que determina aos órgãos e conselhos do Judiciário a criação de unidades ou núcleos socioambientais, em que prevê a implantação, de um plano de logística sustentável. Com foco na preservação do meio ambiente, a norma tem o objetivo de estimular a reflexão e a mudança dos padrões de compra, consumo e gestão documental no Judiciário, bem como do corpo funcional e da força de trabalho auxiliar.

Neste sentido apresentamos o Plano de Logística Sustentável (PLS) do PJMS com objetivos e responsabilidades definidas a partir do Anexo I da Resolução 201. Cada um dos itens tem indicadores de desempenho que definirá Iniciativas a serem alcançadas anualmente pelas unidades responsáveis.



*Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul*  
*Tribunal de Justiça*  
*Comissão Gestora do PLS*

O PLS visa promover a responsabilidade socioambiental e inserir critérios de sustentabilidade nas atividades da administração pública. A inserção desses critérios envolve mudanças nos investimentos, compras e contratação de serviços pelo judiciário até uma gestão adequada dos resíduos gerados e dos recursos naturais utilizados, além da promoção da melhoria na qualidade de vida do ambiente de trabalho.

Conforme a agenda ambiental da administração pública (A3P), informa que somos grandes consumidores de recursos naturais e bens e serviços nas suas atividades meio e finalísticas, assumindo assim um papel estratégico na revisão dos padrões de produção e consumo e na adoção de novos referenciais de sustentabilidade socioambiental, por meio da sua capacidade regulamentadora e indutora de novos padrões e práticas.

## **2 OBJETIVOS**

Este Plano de Logística Sustentável (PLS) busca consolidar, organizar, aprimorar e sistematizar as boas práticas de sustentabilidade no PJMS e fornecer diretrizes para novas ações. Tem como principais objetivos:

- a) difundir e promover a prática da ecoeficiência no âmbito do órgão;
- b) revisar e aprimorar os processos de compras e contratações, com vistas ao desenvolvimento de especificações para aquisição de bens, serviços e projetos pautados por critérios de sustentabilidade ambiental;
- c) qualificar as instalações e as edificações para melhor utilização e aproveitamento dos recursos naturais;
- d) Promover ações de sensibilização e capacitação do corpo funcional;
- e) estabelecer parcerias, visando à reciclagem de resíduos ou à destinação ambientalmente correta; e
- f) promover a qualidade de vida no ambiente do trabalho.

## **3 IMPLEMENTAÇÃO E AVALIAÇÃO**

Cabe à Comissão Gestora do PLS do PJMS, constituída pela Portaria nº 766, de 27 de julho de 2015, a elaboração do plano logístico, o monitoramento de seu cumprimento, a avaliação contínua de seus resultados e a revisão periódica de seu conteúdo.



*Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul*  
*Tribunal de Justiça*  
*Comissão Gestora do PLS*

Após aprovação pela Alta Administração, o PLS deverá ser publicado no sítio eletrônico do TJMS – [www.tjms.jus.br](http://www.tjms.jus.br) – para conhecimento por toda a sociedade não só do seu conteúdo, mas também dos resultados da implementação das ações propostas, os quais serão atualizados semestralmente.

O plano de gestão deverá ser avaliado e revisado anualmente e submetido à apreciação da Alta Administração.

## 4 PRÁTICA DE SUSTENTABILIDADE

### 4.1 Material de Consumo

#### 4.1.1 Papel

Na condição de grande consumidora de papel, a Administração Pública brasileira deve assumir uma colocação de liderança e promover, por meio de exemplos, as transformações necessárias para uma gestão pública sustentável e de alto desempenho.

O papel é um instrumento que, nos dias atuais não pode ainda ser dispensado, porém seu consumo pode ser diminuído e reutilizado. Assim, para contribuir com a economia, reaproveitamento e reutilização do papel, o PJMS vai adotar medidas sustentáveis.

**4.1.1.1 Objetivo:** reduzir a quantidade de papéis impressos no Órgão tendo como referência o histórico de consumo do ano de 2014.

**4.1.1.1.1** No Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul, os papéis A4 são fornecidos por uma empresa terceirizada que faz a manutenção das impressoras, e uma parte do fornecimento acontece pela Secretaria de Bens e Serviços, deste Egrégio. Acontece que 100% dos papéis fornecidos já são de madeira certificada.

#### 4.1.1.2 Indicadores

Nome do indicador	Descrição	Apuração
-------------------	-----------	----------



*Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul*  
*Tribunal de Justiça*  
*Comissão Gestora do PLS*

Consumo de papel branco Certificado	Quantidade de resmas de papel branco certificado	Mensal e Anual
Gasto com aquisição de papel branco certificado	Valor (RS) gasto com a compra de papel branco certificado	Mensal e anual

**4.1.1.3 Meta:** Reduzir o consumo médio mensal de resmas de papel, até dezembro de 2016, em 1%.

#### O que o PJMS já faz

Sistema de Controle de Documentos e Processos Administrativo Virtual (SCDPA) desde 2009;

Malote digital para efetivação dos benefícios legais como alvará de soltura, progressão de regime ao semiaberto e aberto, livramento condicional e saídas temporárias para tratamento de saúde de custodiados em unidades penais do Estado;

100% do papel consumido pelo TJMS são certificados pela CERFLOR (Programa Brasileiro de Certificação Florestal) e PEFC (Programme for the Endorsement of Forest Certification Schemes);

Confecções de bloco de anotações confeccionado pela de Reprografia do TJMS;

Sistema eletrônico de tramitação de processos judiciais.

#### O que o PJMS fará

Ação	Local	Responsável	Prazo (início da ação)	Descrição
------	-------	-------------	------------------------	-----------



*Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul*  
*Tribunal de Justiça*  
*Comissão Gestora do PLS*

Promover campanha para revisar os documentos antes de imprimir, e imprimir somente o necessário para evitar o desperdício de papel com impressões erradas.	1º e 2º Grau	Secretaria da Comunicação	Outubro/2015	- realizar campanha na intranet
Configuração das impressoras para padrão de impressão em frente e verso	1º e 2º Grau	Secretaria da Tecnologia da Informação	Janeiro/2016	- Verificação e ajuste da configuração das impressoras

Neste primeiro momento não faremos a aquisição de papel reciclado, por ser de valor elevado.

## 4.1.2 Copos Descartáveis

**4.1.2.1 Objetivo** reduzir o consumo de copos descartáveis.

### 4.1.2.2 Indicadores

Nome do indicador	Descrição	Apuração
Consumo de copos de 180ml descartáveis	Quantidade (centos) de copos de 180 ml/total corpo funcional + força de trabalho auxiliar	Semestral e Anual
Consumo de copos de 50ml descartáveis	Quantidade (centos) de copos de 50 ml/ total corpo funcional + força de trabalho auxiliar	Semestral e Anual
Gasto total com aquisição de copos descartáveis	Valor (RS) gasto com a compra de copos descartáveis (180ml + 50ml)	Semestral e Anual

**4.1.2.3 Meta** : reduzir no mínimo, 1% no consumo de copos descartáveis até o final do exercício de 2016.



*Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul*  
*Tribunal de Justiça*  
*Comissão Gestora do PLS*

O que o PJMS fará				
Ação	Local	Responsável	Prazo (início da ação)	Descrição
Desenvolvimento de estudo de viabilidade de aplicação e custos para utilização de copos de 50ml descartáveis biodegradáveis	1º e 2º Grau	Secretaria de Bens e Serviços	Janeiro/2016	- Avaliação da aplicabilidade do uso do copo alternativo - Estimativa de consumo - Estimativa de custos - Apresentação do relatório
Campanhas de sensibilização para conscientizar os servidores a reduzirem o consumo de copos descartáveis e incentivar que os servidores tragam as canecas	1º e 2º Grau	Secretaria de Comunicação	Setembro/2015	Campanha de conscientização
Desenvolvimento de estudo de viabilidade de aplicação e custos para compra de canecas para os servidores	1º e 2º Grau	Secretaria de Bens e Serviços	Março/2016	- Estimativa de consumo - Estimativa de custos - Apresentação do relatório

### 4.1.3 Outros Materiais de Consumo

4.1.3.1 **Objetivo:** otimizar o processo de aquisição, disponibilização e uso de material de consumo, incluindo os critérios de sustentabilidade.

#### O que o PJMS já faz

Doação de materiais que não possam ser reaproveitados no órgão





*Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul*  
*Tribunal de Justiça*  
*Comissão Gestora do PLS*

Aquisição de lápis grafite com certificado FSC – Forestry Stewardship Council;

Utilização de capas para processo e caixas de arquivo permanente em material durável e reaproveitável.

Aquisição de açúcar e café através de Ata de Registro de Preços, em compras parceladas durante o ano, para evitar que o material estrague e seja desperdiçado.

#### 4.1.3.2 Indicadores

Nome do indicador	Descrição	Apuração
Materiais de consumo com atributos sustentáveis	Aquisição de materiais de consumo com atributos sustentáveis	anual
Gasto total com aquisição de materiais de consumo com atributos sustentáveis	Valor (R\$) gasto com a compra de materiais sustentáveis	anual

**4.1.3.3 Meta:** adquirir pelo menos 1% dos materiais de consumo do Órgão com atributos sustentáveis até final do exercício de 2017.

#### 4.1.3.6 Plano de Ação

O que o PJMS fará				
Ação	Local	Responsável	Prazo (início da ação)	Descrição
Criação de grupo de trabalho para buscar novos itens de consumo sustentáveis	1º e 2º Grau	- Secretaria de Bens e Serviços	Março/2016	- estimativa de material - estimativa de custo - apresentar relatório



*Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul*  
*Tribunal de Justiça*  
*Comissão Gestora do PLS*

## 4.2 Energia Elétrica

**4.2.1 Objetivo:** aumentar a eficiência do consumo de energia elétrica.

### 4.2.2 Indicadores

Nome do indicador	Descrição	Apuração
Consumo de energia elétrica	Quantidade de Kwh consumido	mensal e anual
Gasto total com energia elétrica	Valor (RS) da fatura	mensal e anual

**4.2.3 Meta:** até 2017, reduzir em 2% o consumo de energia elétrica em KW/h em comparação a 2014.

#### O que o PJMS já faz

Revisão do contrato de fornecimento de energia, visando à racionalização em razão da real demanda de energia elétrica do Órgão

Promoção de campanhas do uso racional de energia elétrica;

Monitoramento do consumo de energia elétrica.

#### O que o PJMS fará

Ação	Local	Responsável	Prazo (início da ação)	Descrição
Instalação de sensores	1º e 2º Grau	Secretaria de Obras	Maio/2016	Avaliar a possibilidade de instalação de sensores de presença para acionamento de iluminação de áreas de



*Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul*  
*Tribunal de Justiça*  
*Comissão Gestora do PLS*

				ocupação eventual como os banheiros.
Desenvolvimento de estudo para adequação das instalações elétricas (instalação de banco de capacitor)	1º e 2º Grau	Secretaria de Obras	Janeiro/2016	Observamos em alguns casos a presença de energia reativa excedente nas instalações elétricas, decorrente da natureza indutiva de determinadas cargas. Essa energia não é aproveitada pelas instalações, porém são tarifadas pela concessionária, gerando um aumento de custo nas faturas. A instalação de um banco de capacitores na entrada de energia é capaz de absorver a energia reativa excedente, evitando sobretaxas na fatura. Para tanto, será realizado estudo para implantação de tais equipamentos
Implantação de energia fotovoltaica	2º grau	Secretaria de Obras	Setembro/2016	Energia fotovoltaica é a energia elétrica produzida a partir de luz solar, e pode ser produzida mesmo em dias nublados ou chuvosos. Quanto maior for a radiação solar maior será a quantidade de eletricidade produzida. Para tanto, será realizado um estudo para a implantação
Substituição paulatina e progressiva do sistema de iluminação elétrica externa e interna por lâmpadas com maior eficiência energética	1º e 2º Grau	Secretaria de Obras	Mairo/2016	Nas reformas e/ou construção do prédio será analisado a possibilidade da instalação de lâmpadas com eficiência energética.
Aquisição de computadores em conformidade com as normas EPEAT e Energy Star (no mínimo GOLD) para redução de consumo	1º e 2º Grau	Secretaria de Tecnologia da Informação	Dezembro/2015	A certificação Energy Star é referência mundial em termos de economia de energia, sendo que a maioria dos fabricantes seguem as exigências determinadas pela Energy Star. Certificação EPEAT inclui diversas políticas de tratamento de resíduo ao fim da vida útil do produto, como logística reversa, separação e reciclagem dos diversos materiais que compõem o produto,



*Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul*  
*Tribunal de Justiça*  
*Comissão Gestora do PLS*

Estudo para substituição e/ou reforma do sistema de ar condicionado central nos prédios da Secretaria do TJMS, Gabinete dos Desembargadores e Fórum de Campo Grande	1º e 2º Grau	Secretaria de Obras	Dezembro/2015	Os equipamentos atuais são antigos e de pouca eficiência. Com a modernização dos sistemas, a eficiência energética e de refrigeração será consideravelmente aprimorada.
---	--------------	---------------------	---------------	---

### 4.3 Água e Esgoto

**4.3.1 Objetivo:** reduzir o consumo de água e esgoto.

#### 4.3.2 Indicadores

##### Água e esgoto

Nome do indicador	Descrição	Apuração
Consumo de água	Quantidade em m <sup>3</sup> consumido	mensal e anual
Gasto total com água	Valor (RS) da fatura	mensal e anual

**4.3.3 Meta:** até 2017, reduzir em 1% o consumo de água em m<sup>3</sup> em comparação a 2014.

#### O que o PJMS já faz

Substituição de torneiras convencionais nos lavatórios por torneiras com temporizador;

Estabelecimento de rotina acerca da periodicidade de irrigação de jardins, estipulando períodos padronizados para essa atividade em cada época do ano;

Campanhas de conscientização para o não desperdício da água;

Captação da água da chuva para limpeza de calçada e irrigação de jardim;

Instalação de redutores de pressão nas torneiras



*Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul*  
*Tribunal de Justiça*  
*Comissão Gestora do PLS*

Monitoramento de uso da água no prédio do Poder Judiciário.

O que o PJMS fará				
Ação	Local	Responsável	Prazo (início da ação)	Descrição
Descargas econômicas	1º e 2º Grau	Sec de Obras	Maio/2016	<ul style="list-style-type: none"> <li>• avaliar viabilidade de instalação de descargas de parede com duplo acionamento (sólidos e líquidos)</li> </ul>
Captação da água da chuva	1º e 2º Grau	Sec. Obras	Atividade continua	<p>Ação parcialmente implantada</p> <p>- quando dá reforma nos prédios será realizado um estudo para implantação</p>

#### 4.4 Gestão de Resíduos

Atualmente o Departamento de Serviços da Secretaria de Bens e Serviços, realiza a coleta de papel. Este trabalho acontece por meio de um acordo e a cada pesagem do papel o dinheiro é revertido para a casa de assistência de crianças com lesão cerebral Cotolengo – Orionópolis Sul Matogrossense. Apenas o prédio do Tribunal de Justiça realiza a separação do lixo.

Embora o sistema básico de coleta de resíduos exista há muitos anos, o PJMS ainda carece de um diagnóstico mais aprimorado no conjunto de suas unidades para uma avaliação e otimização do processo.

Outra questão relevante é que, apesar de existirem equipamentos para a realização da segregação, a exemplo de lixeiras seletivas distribuídas em alguns edifícios, os resíduos ainda não são direcionados para a coleta seletiva, pois ao final do processo são misturados ao resíduo comum.

Em 2006 o Governo Federal editou o Decreto nº 5.940/2006, que regulamenta aos órgãos públicos, em todos os níveis, a destinação dos resíduos a associações de catadores de papel (Coleta Seletiva Solidária). Há, portanto, a necessidade de esforços da administração pública para que se organizem e façam cumprir essa exigência legal, estabelecendo seu sistema de gerenciamento de resíduos sólidos.



*Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul*  
*Tribunal de Justiça*  
*Comissão Gestora do PLS*

**4.4.1 Objetivo:** Efetivar as ações de Coleta Seletiva Solidária.

**4.4.2 Indicadores**

Nome do indicador	Descrição	Apuração
Destinação de papel para reciclagem	Quantidade (kg) de papel destinado à reciclagem	mensal e semestral
Destinação de suprimentos de impressão para reciclagem	Quantidade (kg) de suprimentos de impressão destinados à reciclagem	mensal e semestral
Destinação de lâmpadas encaminhadas para descontaminação	Quantidade (unidades) de lâmpadas encaminhadas para descontaminação	mensal e semestral
Destinação de pilhas e baterias encaminhadas para descontaminação	Quantidade (kg) de pilhas e baterias encaminhadas para descontaminação	mensal e semestral
Total de material reciclável destinado às cooperativas	Quantidade (kg) de resíduos recicláveis destinados às cooperativas	mensal e semestral

**4.4.3 Meta:** Viabilizar o descarte adequado dos resíduos no PJMS.

**O que o PJMS já faz**

Coleta de papel para a reciclagem apenas nos prédios do Tribunal de Justiça, Gabinete dos Desembargadores e da Secretaria de Bens e Serviços;

Destinação das lâmpadas para descontaminação;

Destinação de pilhas e baterias para descontaminação.



*Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul*  
*Tribunal de Justiça*  
*Comissão Gestora do PLS*

O que o PJMS fará				
Ação	Local	Responsável	Prazo (início da ação)	Descrição
plano de gestão de resíduos	1º e 2º Grau	Secretaria de Obras	Fevereiro/2016	Documento que aponta e descreve ações relativas ao manejo dos resíduos sólidos, observadas suas características, no âmbito dos estabelecimentos, contemplando os aspectos referentes à geração, segregação, condicionamento, coleta, armazenamento, transporte, tratamento e disposição final, bem como a proteção à saúde pública e ao meio ambiente.
Coleta Seletiva observando a Resolução do CONAMA nº 275, de 25 de abril de 2001	1º e 2º Grau	Secretaria de Obras Secretaria de Bens e Serviços	Maio/2016	- habilitação da cooperativa - segregar os resíduos
Promoção de campanha de separação dos resíduos	1º e 2º Grau	Secretaria de Comunicação	Junho/2016	Realizar campanha de informação e sensibilização dos colaboradores e usuários do TJ acerca dos tipos de resíduos e formas corretas de descarte, coleta e destinação final

## 4.5 Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho

**4.5.1 Objetivo:** Implantar ações de curto, médio e longo prazo, voltadas à promoção da qualidade de vida dos servidores do Poder Judiciário/MS, com vistas à prevenção de doenças ocupacionais, bem como ao desenvolvimento da percepção sobre a necessidade de mudanças comportamentais para o alcance de alternativas sustentáveis.



*Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul*  
*Tribunal de Justiça*  
*Comissão Gestora do PLS*

#### 4.5.2 Indicadores

Nome do indicador	Descrição	Apuração
Participação dos servidores nos programas e/ou ações voltadas para a qualidade de vida no trabalho	(Quantidade de servidores que participaram de programas ou ações de qualidade de vida/ total de servidores da instituição) x 100	Anual

**4.5.3 Meta:** Propiciar que todos os magistrados e servidores ativos do Poder Judiciário/MS estejam sensibilizados com as práticas sustentáveis implantadas pela PPQVT, até Dez/2019.

#### O que o PJMS já faz

Criação do espaço para lanche no Centro Integrado de Justiça – Projeto Piloto CPE 2016;

Instalação do Bicicletário – espaço específico para o estacionamento de bicicletas, com vestiários dotados de armários para a guarda de vestimentas para o trabalho e banho, criado para incentivar o deslocamento dos servidores ao trabalho por meio de bicicleta;

- Política e Programa de Qualidade de Vida no Trabalho, estabelecida pela Resolução nº 112, de 28 de janeiro de 2015, compondendo:
- O Programa de Controle de Hipertensão;
- O Programa Saúde-Bucal;
- O Programa Alimentação Saudável;
- A Campanha de Vacinação Antigripal;
- O Circuito Bem-Estar;
- Programa de Preparação para Aposentadoria – PPA;
- Parceria estabelecida com o Hospital do Câncer de Barretos para a realização anual e gratuita de exames de mamografia e papanicolau às servidoras, às dependentes e às terceirizadas do Tribunal de Justiça.





*Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul*  
*Tribunal de Justiça*  
*Comissão Gestora do PLS*

O que o PJMS fará				
Ação	Local	Responsável	Prazo (início da ação)	Descrição
inserir a ginástica laboral à rotina institucional	1º e 2º Grau	Secretaria de Gestão de Pessoal	- Iniciar a Ginástica Laboral na CPE Dez/2015  Iniciar a Ginástica Laboral no 2º Grau Dez/2017  Propor a expansão do Projeto para a Comarca de Terenos Jan/2016	- Contratação de empresa especializada para implantação do Projeto  Realização de pesquisa junto aos servidores inseridos no Projeto, a serem aplicadas no 5º e no 10º mês de cada ano de contrato, com vistas à avaliação dos resultados
realizar a avaliação ergométrica do mobiliário e a avaliação dos ambientes e das condições físicas de trabalho	1º e 2º Grau	Secretaria de Obras  Secretaria de Gestão de Pessoal  Secretaria de Bens e Serviços)	Apresentar avaliação ergométrica do 1º Grau Dez/2016  Apresentar avaliação ergométrica do 2º Grau Dez/2017  Adequar 100% do mobiliário da CPE Dez/2016  Adequar até 100% do mobiliário de 2º Grau até Dez/2019	- estudo para implantação  - estimativa de custo  - apresentar relatório



*Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul*  
*Tribunal de Justiça*  
*Comissão Gestora do PLS*

vigilância e monitoramento da saúde	1º e 2º Grau	Secretaria de Gestão de Pessoal Coordenadoria de Saúde Secretaria de Tecnologia da Informação	Implantação do Sistema até Dez/2015 Apresentar avaliação ergométrica do 2º Grau até Dez/2017	- Criação do Sistema de Monitoramento Epidemiológico Criação e integração do banco de dados
-------------------------------------	--------------	---	---	--

## 4.6 Telefonia Fixa e móvel

O PJMS dispõe dos serviços de ramais.

**4.6.1 Objetivo:** reduzir as contas de telefone fixa e móvel.

### 4.6.2 Indicadores

Nome do indicador	Descrição	Apuração
Gasto médio do contrato de telefonia fixa	Valor (RS) da fatura/quantidade linhas	mensal e anual
Gasto médio do contrato de telefonia móvel	Valor (RS) da fatura/quantidade linhas	mensal e anual
Gasto total do contrato de telefonia fixa	Valor (RS) da fatura de telefonia fixa	mensal e anual
Gasto total do contrato de telefonia móvel	Valor (RS) da fatura de telefonia movel	mensal e anual



*Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul*  
*Tribunal de Justiça*  
*Comissão Gestora do PLS*

**4.6.3 Meta:** reduzir em 1% dos custos totais de telecomunicação per capita até 2017, em comparação a 2014.

**O que o PJMS já faz**

Voz sobre IP também chamada de VoIP implantado em algumas Comarcas;

MSN corporativo (Pidgin);

PABX Virtual permite a comunicação interna (através de ramais).

**O que o PJMS fará**

<b>Ação</b>	<b>Local</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo (início da ação)</b>	<b>Descrição</b>
Instalação de PABX virtual nas Comarcas	1º Grau	Secretaria de Obras	Janeiro/2016	reduz os gastos com telefonia, pois otimiza o uso do sistema telefônico, trazendo uma ótima relação custo-benefício
Estudo para implantação do sistema VoIP	1º e 2º Grau	Secretaria Tecnologia da Informação	Março/2016	- estudo para implantação - estimativa de custo - apresentar relatório
Monitoramento do uso do telefone	1º e 2º Grau	Secretaria Tecnologia da Informação Secretaria de Obras Secretaria de Finanças	Fevereiro/2016	Monitorar as contas de telefonia fixa e móvel.
Norma interna para telefonia fixa e móvel	1º e 2º Grau	Secretaria Tecnologia da Informação Secretaria de Obras Secretaria de Finanças	Janeiro/2016	- criar grupo para normatização sobre o uso de telefone



*Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul*  
*Tribunal de Justiça*  
*Comissão Gestora do PLS*

## 4.7 Limpeza

O serviço de limpeza é prestado por meio de empresa especializada. O contrato de prestação de serviços de limpeza e conservação de asseio inclui as áreas verdes e o fornecimento de materiais e equipamentos. Onde é executado de forma contínua no âmbito do PJMS.

As Iniciativas serão implantadas, conforme for acontecendo a renovação de contrato.

**4.7.1 Objetivo:** Promover mudanças na área de limpeza e conservação para alcançar alternativas sustentáveis. Otimizar o processo de contratação incluindo critérios de sustentabilidade no contrato.

### 4.7.2 Indicadores

Nome do indicador	Descrição	Apuração
Gasto de limpeza pela área construída	Valor (RS) anual contrato/área construída do	anual
Grau de repactuação	Valor total anual de repactuação/ Valor total anual de assinatura	Anual
Gasto com material limpeza	Valor (R\$) gasto com aquisição de material de limpeza	Anual

**4.7.3 Metas:** Implantar práticas de limpeza de forma sustentável até 2017 em todas as unidades do PJMS.



*Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul*  
*Tribunal de Justiça*  
*Comissão Gestora do PLS*

### O que o PJMS já faz

Revisão do contrato de limpeza visando a sua racionalização em razão do real dimensionamento da área objeto do serviço contratado;

Reciclagem ou destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza, asseio e conservação;

Contratos de copeiragem e serviço de limpeza a adoção de procedimentos que promovam o uso racional dos recursos

### O que o PJMS fará

Ação	Local	Responsável	Prazo (início da ação)	Descrição
reciclagem ou destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza, asseio e conservação	1º e 2º Grau	Secretaria de Bens e Serviços	Dez/2015	Verificar nos contratos que irão vencer se existe a ação. Implantar nos novos contratos
Estudo a respeito de práticas de limpeza sustentável	1º e 2º Grau	Secretaria de Bens e Serviços	Dezembro/2015	Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade e racionalização do uso de produtos potencialmente poluentes

## 4.8 Layout

**4.8.1 Objetivo:** realizar reformas e manutenção predial prevendo maior flexibilidade espacial, conforto ambiental e menor impacto ao meio ambiente.



*Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul*  
*Tribunal de Justiça*  
*Comissão Gestora do PLS*

#### 4.8.2 Indicadores

Nome do indicador	Descrição	Apuração
Valor gasto com reformas nas unidades	Valor gasto com reformas nas unidades no ano vigente/ Valor gasto com reformas no ano anterior	anual

**4.8.3 Metas:** Incluir nas obras e reformas, bem como na manutenção predial, diretrizes de sustentabilidade, observando as Iniciativas de água, energia elétrica e coleta seletiva solidária.

#### O que o PJMS já faz

Rotinas de manutenção predial preventiva objetivando redução de custos na manutenção predial corretiva;

Plantio de novas árvores, principalmente ipês, nas dependências do TJMS

Implantação de viveiro para cultivo de mudas, nas dependências do TJMS

Implantação de sistema de compostagem para adubo, nas dependências do TJMS

#### O que o PJMS fará

Ação	Local	Responsável	Prazo	Descrição
Estudar para implantação de secadores de mão elétricos nos banheiros	1º e 2º Grau	Secretaria de Bens e Serviços Secretaria de Obras	Dez/2015	- estudo para implantação nas obras e reformas dos prédios



*Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul*  
*Tribunal de Justiça*  
*Comissão Gestora do PLS*

Reduzir o desperdício de materiais na manutenção predial e nas reformas e obras	1º e 2º Grau	Secretaria de Obras	Jan/2016	Cobrar das contratadas a redução de desperdícios quando da reforma e/ou obra
---	--------------	---------------------	----------	--

## 4.9 Capacitação dos servidores em educação socioambiental

**4.9.1 Objetivo:** Orientar e informar os colaboradores e sociedade em geral sobre as ações, Iniciativas e resultados do PLS, além de conscientizar e motivar o corpo funcional para a prática do uso racional de recursos e da sustentabilidade no cotidiano dentro e fora do ambiente de trabalho.

### 4.9.2 Indicadores

Nome do indicador	Descrição	Apuração
Sensibilização e capacitação do corpo funcional e força de trabalho auxiliar	Quantidade de ações de sensibilização e capacitação	Anual

**4.9.3 Meta:** capacitar servidores de, no mínimo 30% dos comarcas até final de 2016.

O que o PJMS fará				
Ação	Local	Responsável	Prazo	Descrição
Oferecer cursos de capacitação em gestão socioambiental e logística sustentável para servidores	1º e 2º Grau	EJUD	Abril 2016	<p>Percorrer as comarcas do Estado ministrando palestras ambientais de capacitação obrigatória.</p> <p>Incentivar a incorporação de critérios e princípios de gestão socioambiental e logística sustentável no âmbito do TJMS e dos Fóruns.</p>



*Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul*  
*Tribunal de Justiça*  
*Comissão Gestora do PLS*

inserir conteúdos de sustentabilidade nos cursos	1º e 2º Grau	EJUD	Jan/2016	Sensibilizar os servidores quanto à educação ambiental e logística sustentável.
--	--------------	------	----------	---





*Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul*  
*Tribunal de Justiça*  
*Comissão Gestora do PLS*

## 5 REFERÊNCIAS

BRASIL, **Resolução nº 201, de 3 de março de 2015**, Dispõe sobre a criação e competências das unidades ou núcleos socioambientais nos órgãos e conselhos do Poder Judiciário e implantação do respectivo Plano de Logística Sustentável (PLS-PJ).

BRASIL. **Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006**, que institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Tecnologia. **Planos de Gestão de Logística Sustentável – INT/RJ**, de agosto de 2013. Disponível em: <http://cpsustentaveis.planejamento.gov.br/assets/conteudo/uploads/instituto-acional-de-tecnologia.pdf>

\_\_\_\_\_. Banco Central do Brasil. **Planos de Gestão de Logística Sustentável**, de abril de 2013. Disponível em: [https://www.bcb.gov.br/adm/plan/port/pdf/logisticasustentavel\\_042013.pdf](https://www.bcb.gov.br/adm/plan/port/pdf/logisticasustentavel_042013.pdf).

\_\_\_\_\_. Ministério do Meio Ambiente. A3P Agenda Ambiental na Administração Pública, Disponível em: <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/a3p>.



*Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul*  
*Tribunal de Justiça*  
*Comissão Gestora do PLS*

## **6 COMISSÃO GESTORA**

### **Juiz Auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça**

Dr. Alexandre Antunes da Silva

### **Direção-Geral**

Marcelo Vendas Righetti

### **Secretaria de Obras**

#### **- Núcleo Socioambiental**

Rosiley Ferreira Cristaldo

Maria Cristina Tamiozzo

### **Assessoria de Planejamento**

Titular: Tatiana Barbosa Rodrigues

Substituto: Josiany Angelica Silva Oliveira

### **Secretaria de Bens e Serviços**

Titular: Larissa de Almeida Fagundes

Substituto: Alessandro de Oliveira Cardoso

### **Secretaria de Comunicação**

Titular: Carlos Alberto Kuntzel

Substituto: Diego Espindola Virgilio

### **Secretaria de Gestão de Pessoal**

Titular: Maria de Fátima Lessa Bellé

Substituto: Fabiana Ricartes de Oliveira Corradini

### **Secretaria da Tecnologia da Informação**

Titular: Charles Cestari Baruki

Substituto: Altair Junior Ancelmo Soares

### **Secretaria de Finanças**

Titular: Adriana Lechuga do Amaral Prestes

Substituto: Marcela Oliveira Armstrong Batistela

### **Escola Judicial do Estado de Mato Grosso do Sul**

Titular: Magna Trindade Nantes Fontoura

Substituto: Rosimar Maria da Silva Gomes